

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 29 DE AGOSTO DE 2013.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2013 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início à vigésima reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento a Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **quinze (15) conselheiros sendo: cinco (5) do poder público e dez (10) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Cristiane Barcaroli, Carlos Donizete Moreira Matos, José Fernando Siqueira da Silva, Elisa Francisconi, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Patrícia Ferreira da Rocha Marchezin, Josiane Aparecida Antunes de Campos; **conselheiros suplentes:** Padre Célio Adriano Cintra, José Carlos Gomes, Aparecida das Dores Oliveira Schimidt Capela; **conselheiros na titularidade:** Adriana da Silva Bazon Porfírio, Solange Aparecida de Matos Galhardo, Clóves Plácido Barbosa. **Com a seguinte pauta: Assunto: Parecer Executivo Municipal** - sobre alteração na Lei de diárias e adiantamentos, **Definição do uso de 3% do IGD – SUAS, Proposta do Promotor da Infância e Juventude de Franca-** Plano de Convivência Familiar e Comunitária para crianças e adolescentes, **Constituição de Comissão para Organização da Audiência Pública; Informes: Reforma do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias – Casa de Passagem, Convite para inauguração do Centro POP – dia 11 de setembro – às 9 horas - Av. Hélio Palermo, 3344 – Vila Formosa. Franca/SP, Convite da ESAC – Homenagem – Troféu ESAC dia 29 de Agosto às 20h na Câmara Municipal.** A presidente Tina deu início à reunião solicitando a apresentação dos participantes que compareceram pela primeira vez. Gilda, estagiária que atuará junto à assessoria de conselhos, manifestou-se aos presentes. Dando seguimento, Tina expôs a pauta que foi aprovada com a inclusão de informe solicitado pelo conselheiro Clóves, referente à audiência pública na Câmara Municipal sobre o PPA. Foram apresentadas as justificativas de ausência dos conselheiros: Tereza, Raquel Renzo, Márcia e Selma. Após, a secretária Elisa realizou a leitura da ata da reunião do dia 15 de Agosto de 2013, que foi aprovada com as correções de digitação sugeridas. O primeiro assunto da pauta referiu-se ao parecer do Executivo Municipal sobre a solicitação deste Colegiado de alteração na Lei de diárias e adiantamentos, enviado anteriormente ao Órgão Gestor. A Secretária Elisa fez a leitura do

33 ofício nº 595/2013 da SEDAS o qual traz a informação de que está assegurada a
34 participação de conselheiros e usuários eleitos nas conferências, e que a legislação atual já
35 contempla a reivindicação deste CMAS. Tina enfatizou a importância da garantia de
36 participação de todos os delegados eleitos nas conferências, porém aponta que o ideal seria
37 efetivar esse direito por meio da legislação e que essa discussão no sentido de garantir a
38 alteração na Lei deve ter continuidade neste colegiado. Na sequência a presidente
39 apresentou o próximo assunto da pauta referente à definição de uso do recurso equivalente
40 à 3% IGD – SUAS, garantido ao Conselho de Assistência Social. Foi apresentada a planilha
41 de recursos orçamentários previstos do IGD/SUAS do município para este exercício, que
42 corresponde ao valor anual de R\$ 50.539,56 (cinquenta mil quinhentos e trinta e nove reais
43 e cinquenta e seis centavos). Considerando que no mínimo 3% (três) desse recurso deve
44 ser destinado ao Conselho de Assistência Social, o valor previsto para este é de R\$
45 1.516,18 (Um mil quinhentos e dezesseis reais e dezoito centavos). Tina esclareceu que de
46 acordo com a “Cartilha de Orientações Conjuntas sobre o Índice de Gestão Descentralizada
47 do Programa Bolsa Família (IGD-PBF) e do SUAS (IGD-SUAS)”, o recurso do IGD/SUAS
48 deverá ser utilizado obrigatoriamente para o fortalecimento do controle social, apoiando
49 técnica e financeiramente as suas atividades e apresentou as sugestões de utilização desse
50 recurso, citadas na cartilha. Inicialmente foi sugerido que fosse utilizado o recurso no
51 pagamento de profissional para capacitação e facilitação dos trabalhos na audiência pública,
52 porém a Diretora Administrativa, Dalva, esclareceu que qualquer contratação de prestação
53 de serviços deve ser feito por meio de processo licitatório, com única exceção no caso de
54 contratação de pessoas que comprovem “notório saber”, que isenta a realização desse
55 processo, mas é bastante complicada essa comprovação. Pontua que os trâmites para a
56 licitação é moroso. Após considerações sobre a burocracia para utilização desse recurso na
57 contratação de profissionais para capacitação, Marcio sugeriu a utilização do recurso no
58 pagamento das despesas dos delegados eleitos para a Conferência Estadual, considerando
59 que o valor do recurso é mínimo, e o Conselho poderá tentar negociar com o Órgão Gestor
60 essa contratação de capacitações. Essa proposta foi aprovada pelo colegiado. Os
61 conselheiros sugeriram que diante da morosidade dos processos licitatórios que sejam
62 previstas as capacitações com bastante antecedência, fazendo um planejamento logo no
63 início do ano. Dando seguimento à pauta, Tina informou que no início do mês de agosto
64 participou de reunião com o Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Franca, Dr.

65 Augusto, sobre proposta de criação de Comissão Intersetorial Municipal de Convivência
66 Familiar e Comunitária para a elaboração do Plano Municipal de Convivência Familiar e
67 Comunitária para crianças e adolescentes em medida protetiva e socioeducativa.
68 Participaram representantes do CMAS, do CMDCA, de entidades, a Secretária de Ação
69 Social, Gislaine e outros. Tina informou que, nesta reunião, a Secretária Gislaine apresentou
70 uma proposta de estabelecer essa responsabilidade de construção do Plano, para a
71 comissão intersetorial Prefeito Amigo da Criança, que já está constituída. O promotor acatou
72 a proposta, porém sugeriu que fosse ouvida a opinião do Conselho de Assistência Social e
73 do CMDCA para definição. Tina afirmou que a próxima reunião será dia 05 de setembro às
74 17h na Secretaria de Ação Social e nesta devem ser definidos os caminhos para a
75 construção deste Plano. A conselheira Patrícia pontuou que a proposta é bastante viável,
76 porém os membros dessa Comissão Prefeito Amigo da Criança devem ser consultados
77 sobre a possibilidade de assumirem também essa responsabilidade de elaboração do Plano.
78 Tina e Marcio assinalaram que as ações dessas comissões são similares e se
79 complementam, assim acreditam que não haverá nenhuma oposição em assumirem
80 também essa atribuição. Após as discussões o colegiado concordou com a proposta
81 apresentada. Dando seguimento à pauta, Tina informou que o Conselho Municipal de
82 Assistência Social tem a responsabilidade, dentre outras, de promover uma audiência
83 pública anual. Disse que essa audiência tem por objetivo apresentar a rede socioassistencial
84 e os serviços executados por essa rede. E para tanto se faz necessário constituir uma
85 comissão de organização dessa audiência pública. Após manifestações dos conselheiros a
86 comissão ficou constituída com os seguintes membros: Tina, Josiane, Juliana e Cida. Maria
87 Amélia ficou responsável de convidar outros conselheiros, que não estavam presentes
88 nessa reunião, para integrar essa comissão. Tina passou então aos informes e
89 primeiramente foi apresentado o convite da Câmara Municipal para participação em evento
90 de homenagem à ESAC, que será realizado neste dia 29 de agosto às 20h na sede da
91 Câmara Municipal. Após, o Conselheiro Cloves informou que participou da Audiência Pública
92 para discussão do PPA 2014\2017, na última terça-feira. Disse que foram apresentadas 420
93 emendas e que a única proposta apresentada na Audiência foi de alocar todas as emendas
94 parlamentares da Assistência Social no FMAS. Alguns conselheiros fizeram considerações
95 de que esses recursos de emendas não são garantidos e não atendem a proposta da
96 Política de Assistência Social de execução de serviços continuados, porém consideram ser

97 esta a melhor forma de definição de repasses das emendas parlamentares. José Fernando
98 disse que a partir do momento que as emendas são direcionadas para o Fundo Municipal, o
99 Conselho Municipal e Órgão Gestor devem adotar critérios de partilha, tomando como
100 premissa a política de assistência e as prioridades do município. Cloves ressaltou que a
101 votação será na próxima semana. Em seguida lembrou que no sábado, 31 de agosto, será
102 realizada a Conferência de Saúde e falou da importância de participação do colegiado. Tina
103 apontou que se tiver alguma proposta apresentada nas pré-conferências de Assistência
104 Social que se referem à política de saúde, seria importante ser levada para essa
105 conferência. Finalizando a Sra. Dalva informou que será iniciada a reforma da sede da Casa
106 de Passagem, local onde é executado o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e
107 Famílias e disse que serão feitas as trocas das janelas e portas, além de adequações na
108 cozinha e nos banheiros, garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiências. Após,
109 convidou os conselheiros para a inauguração do Centro POP que será no próximo dia 11 de
110 Setembro às 9h. Enfatizou a importância da instalação desse serviço e disse que a equipe
111 de referência está completa e já foi contratada, destacando que a abordagem social será
112 feita por assistentes sociais. Reforçou a importância dos conselheiros conhecerem esse
113 novo espaço e serviço. Fez algumas considerações sobre o público atendido, esclarecendo
114 que muitas vezes a sociedade não consegue ainda fazer a distinção entre as pessoas em
115 situação de rua que se encontram em situação de vulnerabilidade social, daquelas que se
116 utilizam dos espaços da rua para intimidação de idosos e exploração de pessoas, citando os
117 guardadores de carro não regulamentados, enfatizando que essa é uma questão de
118 segurança pública e não de assistência social. Tina agradeceu a presença dos conselheiros,
119 destacando o compromisso destes em comparecer à todas as reuniões ordinárias e
120 extraordinárias. Victalina solicitou que seja registrado em ata que o proprietário da Casa de
121 idosos, que foi interditada recentemente, está instalando uma nova casa na área rural. A
122 conselheira Patrícia, disse que essa questão configura-se como crime de desobediência, e
123 aponta que se faz necessário aplicar devidamente a punição e enquadrá-lo no crime do qual
124 ele está incorrendo. Marcio sugeriu que a comissão de Direitos Humanos da OAB seja
125 oficiada para que faça o acompanhamento dessa situação. Após discussões e
126 manifestações de indignação dos presentes, ficou definido que a sugestão do Marcio será
127 encaminhada ao COMUTI. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e a ata
128 lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.